



Mulheres negras protagonistas

Ana Paula Gil Rodrigues¹

Resumo

As compreensões em torno da definição de classes sociais são largamente discutidas e geram múltiplas definições, desde as mais simplificadas até as mais complexas. O que fica claro quando se trata de classes sociais refere-se ao entendimento de indivíduos ocupando lugares distintos em uma sociedade e em decorrência de tal fato a dominação de uns em relação aos outros. No contexto brasileiro existe um fator determinante que intensifica a exploração e a dominação de classes, pautado na desigualdade racial, este fato permite o pagamento de salários inferiores aos convencionais, desempenhando funções desvalorizadas na sociedade. Tomando como base a situação posta, surge a necessidade dos movimentos sociais, que podem ser compreendidos como a ação coletiva de um grupo organizado tendo como objetivo conquistar mudanças sociais. No tocante às mulheres negras o reconhecimento enquanto classe social foi fundamental para sua mobilização enquanto movimento social.

Palavras-Chave: classes sociais; movimentos sociais; movimento de mulheres negras.

Abstract

Understandings around the definition of social classes are widely discussed and generate multiple definitions, from the simplest to the most complex. What is clear when it comes to social classes refers to the understanding of individuals occupying different places in a society and as a result of this fact, the domination of some in relation to others. In the Brazilian context, there is a

¹ Assistente Social e aluna do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, da Universidade Federal de São Paulo

GT 01 - Amefricanizando o feminismo: mulheres negras saindo da invisibilidade

determining factor that intensifies the exploitation and domination of classes, based on racial inequality, this fact allows the payment of wages lower than the conventional ones, performing devalued functions in society. Taking the situation as a basis, there arises the need for social movements, which can be understood as the collective action of an organized group with the objective of achieving social changes. Regarding black women, recognition as a social class was fundamental to their mobilization as a social movement.

Keywords: social classes; social movements; black women's movement.

Introdução

O trabalho realizado tem por objetivo proporcionar uma compreensão quanto ao conceito de classes sociais, de movimentos sociais, bem como sobre o protagonismo das mulheres negras na busca pela real representatividade.

A metodologia utilizada para a composição do trabalho em questão é de natureza qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, mediante a qual foram utilizados livros, artigos científicos e dados coletados no meio midiático.

No decorrer do trabalho serão abordados diversos autores que proporcionam importantes contribuições quanto aos temas abordados, sendo que mediante o conhecimento construído pelos mesmos busca-se elaborar uma compreensão quanto a formação das classes sociais, em relação aos movimentos sociais, como forma de manifestação e busca pela justiça e igualdade social e quanto ao movimento de mulheres negras, demonstrando a importância e necessidade deste.

Compreendendo classes sociais

Os conceitos em torno da definição de classes sociais são amplamente discutidos e geram inúmeras definições. Surgem definições simplificadas quando nos referimos às classes sociais como a “classe dos mais necessitados” ou a “classe dos mais privilegiados”. Apesar destas não estarem inteiramente errôneas em seu sentido, no entanto, não contemplam a complexidade em torno da constituição das classes sociais.

O termo classe social é utilizado para fazer referência quanto à existência de gritantes distanciamentos sociais na sociedade, ou seja, acaba por definir que indivíduos e grupos apresentam diferenças entre si e em decorrência deste fato acabam ocupando lugares diferentes na sociedade, marcando a presença de relações pautadas na desigualdade entre as mesmas, sendo que este acontecimento estabelece a relação de dominação de uma classe em função de outra.

As diferenças existentes entre as classes sociais refletem no acesso ao poder econômico, a saúde, educação, lazer, cultura, participação política, entre outros, condicionando o cumprimento de tais necessidades a precariedade ou a nulidade quanto ao seu atendimento.

De acordo com a teoria marxista as “classes sociais são grupos de agentes sociais, homens, definidos *principalmente*, mas não exclusivamente, por sua posição no *processo de produção*, ou seja, *na esfera econômica*” (POULANTZAS, 1976, p. 07).

Tomando como base a exposição da teoria marxista em relação as classes sociais, o Filósofo Nicos Poulantzas cita dois pontos principais, que segundo o mesmo devem ser esclarecidos, tendo em vista que deles derivam inúmeras implicações.

O primeiro ponto principal está pautado na demarcação das classes sociais em função da posição econômica ocupada pelos agentes sociais, sendo que a mencionada posição exerce um “papel principal” quanto a definição das classes sociais. No entanto, não é suficiente concluir que tendo como base a posição econômica torna-se possível a definição das classes sociais.

Com efeito, para o marxismo, o econômico desempenha efetivamente o papel determinante numa sociedade dividida em classes; as o político e o ideológico, em suma, a superestrutura, desempenham igualmente um papel importante. Com efeito, sempre que Marx, Engels e Lenin procedem a uma análise concreta das classes numa firmiação social, não se limitam exclusivamente ao critério econômico. Referem-se explicitamente à *posição de classe*, ou seja, a critérios políticos e ideológicos. Pode dizer-se assim que uma classe

social define-se por sua posição no conjunto das práticas sociais, ou seja, por sua posição no conjunto da *divisão social do trabalho* (POULANTZAS, 1976, p. 07).

O segundo ponto principal se detém em levantar uma compreensão em torno do fundamento econômico, de acordo com o conceito marxista, que embora determinante deve ser compreendido no sentido de que o mesmo define a situação de classe.

O *processo de produção* define a esfera econômica e as *relações de produção* definem o lugar dos agentes, bem como sua disposição em classes sociais.

Em suma, na unidade produção-consumo-repartição do produto social, é a produção que desempenha o papel determinante. A distribuição, neste nível, das classes sociais, não é por exemplo uma distinção fundada sobre o montante dos lucros, uma distinção entre ricos e pobres, como acreditava toda uma tradição pré-marxista e continua acreditando uma série de sociólogos. A distribuição real do montante dos lucros não é mais do que uma consequência das *relações de produção* (POULANTZAS, 1976, p. 07).

Buscando explicar no que se refere o tal processo de produção, assim como as relações de produção que o estabelecem, o autor faz referência a uma dupla relação que abrange “as relações dos homens com a natureza na produção material”. As duas relações são representadas pelas relações estabelecidas entre os “agentes de produção”, correspondente aos homens, com o “objeto e os meios” de trabalho, compreendidas como sendo as forças produtivas, e em decorrência de tal decurso, ficam estabelecidas as relações dos homens entre os mesmos e consequentemente as relações de classes. Sendo que em uma sociedade dividida em classes as relações se dão da seguinte forma:

- a) A relação de *propriedade econômica* dos não trabalhadores (proprietários) com os meios de produção. Estes têm o controle real dos meios de produção, e, assim, exploram os produtores diretos – os trabalhadores – arrancando-lhes, sob diversas formas, o sobre-trabalho.

b) A relação de apropriação real, ou seja, a relação dos produtores diretos – trabalhadores – com o objeto e os meios de trabalho (POULANTZAS, 1976, p. 08).

Tomado como base a primeira relação refere-se à propriedade econômica real que resulta no controle efetivo dos meios de produção, sendo diferenciada da propriedade jurídica, referenciada pelo direito. A propriedade econômica é certamente comprovada pelo direito, no entanto, as formas e propriedade jurídica podem ocorrer de não condizer com a propriedade econômica. Quanto a isto a propriedade econômica continua sendo o ponto de partida em relação a interpretação quanto ao pertencimento as classes sociais. Para exemplificar este fato o autor descreve:

a) Na divisão das classes sociais no campo, fixemo-nos no caso dos *grandes arrendatários*. Estes, segundo Lenin, pertencem ao campesinato rico, não tendo a propriedade jurídica formal da terra, que pertence ao *capitalista proprietário*. Se bem que esses grandes arrendatários pertencem ao campesinato rico, isto não quer dizer que eles tenham ganhos elevados, mas sim que eles têm o controle real da terra e dos meios de trabalho, ou seja, que são seus proprietários econômicos efetivos (POULANTZAS, 1976, p. 08).

A segunda relação refere-se aos produtores diretos, ou seja, os trabalhadores, estabelecendo uma relação com os meios e com o objeto de trabalho, sendo que esta determina a “classe explorada” e que pode assumir inúmeras modelos de acordo com os diferentes “modos de produção”, de acordo com o autor em questão.

Nos modos de produção “pré-capitalista”, os produtores diretos – os trabalhadores – não estavam inteiramente “separados” do objeto e dos meios de trabalho. Tornemos o caso do modo de produção feudal: ainda que o senhor detivesse de uma só vez a propriedade jurídica e a propriedade econômica da terra, o servo tinha a posse de sua gleba, protegido pelos costumes, e dessa posse o senhor não podia privá-lo pura e simplesmente. Neste caso, a exploração se fazia pela *extração direta do sobre-*

trabalho, em forma de serviço pessoal ou de tributo em espécie.

Em contraposição, no modo de produção capitalista, os produtores diretos – a classe operária – se encontram totalmente sem a posse de seus meios de trabalho. É a aparição do que Marx designa como “trabalhador nu (despojado)”. O operário não possui mais que sua força de trabalho, a qual vende. O próprio trabalho se converte numa mercadoria, o que determina a generalização da forma mercantil. A extração do *sobre-trabalho* se faz, pois, não diretamente, mas sim pela via indireta do trabalho incorporado na mercadoria, ou seja, pela apropriação da *mais-valia* (POULANTZAS, 1976, p. 10).

O processo de produção deve ser compreendido em virtude das relações do homem em relação aos meios de trabalho, isto é, tendo como base o processo de trabalho e as relações de produção. Sendo que nas sociedades divididas em classes a produção expressa divisão de classes, a exploração e a luta de classes, sendo que estes se expressam ao mesmo tempo e em um mesmo momento.

Assim, no modo de produção capitalista, é “*trabalho produtivo*” aquele que produz mercadoria, portanto a *mais-valia*. É precisamente que define “economicamente”, neste modo, a *classe operária*; o trabalho produtivo leva diretamente à divisão de classes nas relações de produção (POULANTZAS, 1976, p. 10).

A determinação das classes sociais está subordinada as relações de produção, que por sua vez conduzem no modo direto à divisão social do trabalho, bem como à “superestrutura política-ideológica”. Sendo que de acordo com o autor “a divisão do trabalho está dominada pela divisão social”.

O trabalho produtivo não pode ser considerado como o trabalho dos envolvidos com a “produção” do ponto de vista técnico, e sim como trabalho concretizado pelos produtores que geram a *mais-valia*, ou seja, os trabalhadores explorados enquanto classe, de modo previamente definido, tendo que ocupar na divisão social do trabalho uma posição já estabelecida.

Tomando como base os modos de produção, pode-se compreender que cada modo de produção abriga duas classes, isto é, a classe considerada política e ideologicamente dominante, denominada de “classe exploradora” e a classe considerada política e ideologicamente dominada, definida como a “classe explorada”. Desta maneira tendo como base o modo de produção escravista resulta-se em amos e escravos, no modo de produção feudal os senhores e servos e no modo de produção capitalista a classe dominante refere-se à burguesia e a classe dominada aos operários.

Mas uma sociedade concreta, uma formação social, *comporta mais eu duas classes*, na medida mesmo em que está composta de vários momentos e formas de produção. Com efeito, não existe formação social que não comporte mais do que duas classes; o que é exato, é que as duas classes *fundamentais* de toda formação social são as do modo de produção dominante nesta formação.

Assim, por exemplo, na França atual, as duas classes fundamentais são a burguesia e o proletariado. Mas se encontra igualmente a pequena burguesia tradicional – artesãos, pequenos comerciantes -, que depende da forma de produção mercantil simples, a pequena burguesia “nova” dos assalariados não produtivos, que depende da forma monopolista do capitalismo, e várias classes sociais no campo, no qual se encontram ainda vestígios transformadores do feudalismo. Por exemplo, as formas e parceria (POULANTZAS, 1976, p. 15).

No tocante a classe operária e as demais classes populares passam a existir “alianças” entre as mesmas, sendo que desta forma a pequena burguesia, as classes populares do campo, isto é, os operários agrícolas, os camponeses pobres e os camponeses médios, considerados classes diferentes em relação à classe operária, passam a concentrar-se ao redor desta última. Não deixando cair no esquecimento que as duas classes primordiais são a burguesia e os operários. No entanto, vale ressaltar que o motivo pelo qual as demais classes se concentram ao redor da classe operária não implica sua extinção, mas reflete no fato de partilharem objetivos em comum.

E nisto consiste o problema das alianças. Por um lado, a classe operária deve, em suas alianças, assumir *os interesses específicos das classes* que constituem, com ela, o “povo” ou as “massas populares”: pensamos precisamente na aliança operários-camponeses preconizada por Lenin. Por outro lado, não se deve esquecer que, como para toda aliança, existem contradições entre os interesses específicos da classe operária, enquanto classe, e os das outras classes populares. Reconhecer estes fatos, é também procurar os meios de uma justa solução das contradições “no seio do povo” (POULANTZAS, 1976, p. 16).

O autor nos convida a revisitar dois princípios já mencionados em seu trabalho e que são de fundamental importância para determinar e localizar as classes sociais em uma formação social, ou seja, os critérios políticos e ideológicos, considerados plenamente imprescindíveis, tendo em vista que os critérios econômicos não são suficientes no sentido de compreender as classes sociais.

Tendo como foco a compreensão dos critérios políticos e ideológicos em relação à determinação de classes, faz-se necessário estabelecer referências quanto à pequena burguesia. Sendo que são considerados parte da pequena burguesia dois grandes conjuntos de agentes, que apesar de comporem uma mesma classe ocupam posições absolutamente diferentes no processo de produção:

- a) A pequena burguesia “tradicional” que tende a ir diminuindo: a pequena produção e o pequeno comércio (a pequena propriedade). Trata-se das formas de artesanato e de pequenas empresas familiares, nas quais o mesmo agente é de uma só vez proprietário dos meios de produção e do trabalho, e trabalhador direto. Não se encontra aqui exploração econômica, propriamente falando, na medida em que estas formas de produção não empregam ou então só o fazem muito ocasionalmente, operários assalariados. O trabalho é feito essencialmente pelo proprietário real ou membros de sua família, que não têm retribuição em forma de salário. Esta pequena

produção obtém lucro na venda de suas mercadorias e pela participação na redistribuição total da mais-valia; mas não arrebatada diretamente sobretrabalho.

- b) A “nova” pequena burguesia, que tende a aumentar sob o capitalismo monopolista: *a dos trabalhadores assalariados não produtivos*, que já se mencionou, e á qual convém agregar os funcionários do Estado e de seus diversos aparatos. Estes trabalhadores não produzem mais-valia. Vendem eles também sua força de trabalho; seu salário está determinado, ele também, pelo preço de reprodução de sua força-trabalho, mas sua exploração se faz pela extorsão direta do sobretrabalho, e não pela produção de mais-valia (POULANTZAS, 1976, p. 21).

Apesar dos dois grupos mencionados ocuparem posições distintas na produção, será que é possível considerá-los como sendo formadores de uma classe, ou seja, a pequena burguesia? Para este fato o autor nos apresenta duas respostas, no entanto, focaremos na primeira, mediante a qual o mesmo apresenta os critérios políticos e ideológicos para a compreensão quanto ao questionamento levantado:

- a) A primeira inclui precisamente critérios políticos e ideológicos. Pode-se, com efeito, considerar que essas posições diferentes na produção e na esfera econômica têm, entretanto, ao nível político e ideológico, *os mesmos efeitos*. De um lado, a “pequena propriedade”, do outro lado alguns assalariados que não vivem sua exploração senão sob a forma do “salário” e da “competição” longe da produção, apresentariam, por estas razões econômicas não obstante distintas, as mesmas características políticas e ideológicas: “individualismo” pequeno-burguês, inclinação ao “status-quo” e temor à revolução, mito da “promoção social”, e aspiração ao status burguês, crença no “Estado neutro” acima das classes, instabilidade política e tendências a apoiar “Estados fortes” e bonapartismo, formas de rebelião do tipo “jacquerie pequeno-burguesa”.

Estas características ideológico-políticas *comuns* bastariam, se tal fosse o caso, para considerar que estes dois conjuntos, que ocupam posições diferentes, na economia, constituem uma classe, relativamente unificada, a pequena burguesia. (POULANTZAS, 1976, p. 22).

Dando continuidade à questão da formação das classes, Armando Boito Jr., faz referência a formação do operariado enquanto classe e chama a atenção para a importância de tal formação no sentido do aparecimento do agente político com capacidade para conduzir o processo revolucionário, que resultaria na mudança do capitalismo para o socialismo. No entanto, o tema em questão não obteve, segundo o autor, o devido valor quanto ao seu sentido teórico por parte dos marxistas.

No nosso entender, o descuido no exame dessa questão não é casual. Ele é consequência da orientação teórica predominante tanto na antiga tradição socialista, representada pela Segunda Internacional, quanto na tradição comunista, representada pela Terceira Internacional. Esse descuido decorre da orientação teórica que dominou o marxismo organizado e militante durante o século XX. Tal orientação consiste em definir a classe operária no plano estritamente econômico – a posição dos agentes no processo de produção – e, em decorrência disso, dar por resolvido, pelo menos no plano teórico, o problema do processo de formação da classe operária como coletivo organizado em torno de um programa político próprio. Dessa perspectiva teórica, o processo de formação da classe operária seria uma decorrência necessária da situação dos agentes no processo de produção. Tal formação dependeria, evidentemente, da ação “do partido” – o marxismo do século XX, sempre usou essa expressão no singular. Mas, como problema da existência “do partido” já era dado por resolvido, a formação da classe operária como um coletivo socialista revolucionário seria apenas uma questão de tempo (BOITO, 2003, p. 239-40).

Sem desqualificar as teses adversárias, a autor nomeia tal definição de “economicista”, sendo que mediante tal concepção em relação à formação das classes sociais, a constituição de um movimento operário socialista não teria outro destino a não ser o de caminhar no sentido de atender o que já estava estabelecido no campo da economia.

No período que corresponde aos anos de 18880 a 1950, o continente europeu presenciou a existência de um movimento operário socialista, entretanto, já nos Estados Unidos a situação era oposta no sentido de uma formação da classe operária como coletivo politicamente autônomo e anticapitalista.

Acrescenta-se que, ao longo da segunda metade do século XX, a situação mudou inclusive na Europa. Ficou a memória de uma classe operária organizada em luta pelo socialismo, mas a realidade dos sindicatos e dos partidos socialistas e comunistas europeus foi, graças ao desenvolvimento do Estado de bem-estar, afastando-se cada vez mais da imagem retida na memória. As transformações do capitalismo no final do século XX e a ofensiva neoliberal acabaram por desorganizar inclusive o movimento operário reformista. Hoje, o desaparecimento do movimento operário e socialista internacional evidencia, com mais força ainda, a improbabilidade teórica de se querer definir e deduzir a classe operária do lugar ocupado pelos trabalhadores no processo de produção. O assalariamento está generalizado, como nunca esteve, em escala mundial a exploração dos trabalhadores, segundo os indicadores mais confiáveis, recrudesciu. No entanto, o movimento operário independente não existe mais como fenômeno de massa e internacional. A luta de classes regrediu para níveis os mais baixos. A situação atual do capitalismo impõe, mais do que nunca, uma revisão na concepção economicista das classes sociais (BOITO, 2003, p. 241-2).

O autor apresenta outro conceito em relação as classes sociais, pautada em uma outra orientação que busca pensar a classe social primeiramente enquanto um fenômeno concomitantemente econômico, político e cultural, objetivo e subjetivo e num segundo momento busca

diferenciar quanto a identificação na formação das classes sociais, a classe dominante, sendo que está já está concebida, da classe dominada, tendo em vista que a formação desta pode ser considerada, em condições normais, “uma possibilidade real”.

No capitalismo, a burguesia, na condição de classe dominante, já está formada como classe social. O Estado burguês é a burguesia organizada como classe. Ele estabelece e legitima a propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho assalariado, a desigualdade de riquezas e todas as demais condições necessárias para que o capitalismo possa perpetuar-se. Em tais condições, de modo “espontâneo”, todo capitalista individual conhece seus interesses de classe e, regra geral, age nos limites dado por esses interesses. Pode agir, e age, movidos pelos interesses particulares de sua empresa ou pelos interesses particulares do ramo ou setor no qual sua empresa está inserida. Esse fenômeno da formação das frações burguesas – grande e média burguesia, burguesia industrial, comercial e financeira etc. Porém, conhecedor, graças a existência do estado burguês, das condições gerais necessárias para que ele se reproduza como burguesia, na condição de classe dominante, é, assim uma classe ativa, que está presente simultaneamente, na economia, e no nível político da sociedade capitalista (BOITO, 2003, p. 243-4).

Na Europa durante o período da monarquia absolutista, o Estado monárquico-feudal garantia à dominação de classe dos proprietários feudais e assim estabelecia e reconhecía a divisão da sociedade em ordens, definida pelos homens livres e servos. Desta forma assegurava o modo de exploração pré-capitalista em relação aos camponeses, considerados os servos de gleba, além de conservar os estamentos, reconhecidos como a nobreza, clero e plebe e por fim garantia o domínio político da nobreza feudal no Estado. Assim o Estado simbolizava os interesses dos proprietários feudais que constituíam a classe dominante. Em relação à realidade apresentada à burguesia buscava sua inclusão na economia e na sociedade feudal, sendo que quanto à posição desta na economia a mesma poderia ser

considerada como uma classe potencial, no entanto, sem a organização necessária para que pudesse se tornar uma classe ativa.

Não seria correto dizer que a burguesia era, no feudalismo, uma classe dominada, já que ela não era uma classe trabalhadora explorada. Porém, a burguesia não chegava a ser uma classe organizada em torno de interesses próprios, do mesmo modo que, em condições normais, a classe operária também não o é sob o capitalismo. Foi o processo de revolução burguesa que transformou a burguesia de classe potencial, presente de modo latente no processo econômico, em classe ativa, atuante como um coletivo organizado na cena política e social (BOITO, 2003, p. 244).

A compreensão de classe social como fenômeno simultaneamente econômico, político e ideológico está pautado nas relações de produção e nos lugares ocupados no processo de produção, que divide os proprietários não-trabalhadores e os trabalhadores não-proprietários, sendo que a referida divisão é fundamental para a organização de coletivos com interesses opostos. No entanto, o autor coloca este fato como uma possibilidade e não como uma realidade concreta.

No cenário econômico encontram-se as classes opostas, mas também grupos que colaboram entre si em favor de uma empresa ou setor, como por exemplo os sindicatos operários e as associações patronais, que em determinados momentos caminham juntas em favor de interesses econômicos particulares.

O antagonismo entre proprietários e trabalhadores é apenas latente, potencial. Para que a classe operária, que existe apenas em potência no terreno da economia capitalista, adquira uma existência ativa, é necessária a combinação de inúmeros fatores de ordem econômica, política e ideológica – situação do emprego e do salário, situação do sistema de alianças que sustenta o bloco burguês no poder, eficácia da ideologia e do programa socialista para responder aos problemas colocados na ordem-do-dia pela sociedade capitalista numa determinada etapa de seu

desenvolvimento etc. A classe social só existirá no sentido forte do termo, isto é, como coletivo organizado e ativo, quando o antagonismo latente tornar-se manifesto (BOITO, 2003, p. 245).

O autor Henrique Amorim ao tratar sobre a centralidade do trabalho e sobre trabalho imaterial, declara que os debates levantam uma compreensão reduzida do trabalho, da formação política da classe trabalhadora, bem como das possibilidades de luta política por parte da mencionada classe.

Primeiramente, o trabalhador é vinculado diretamente ao seu posto de trabalho; suas qualificações técnicas informam, assim, as possibilidades de sua prática e consciência políticas como se não existissem práticas políticas para além do trabalho. A classe trabalhadora é definida como uma extensão de suas técnicas. Há, portanto, uma correspondência indevida entre as formas de apropriação concreta dos saberes empírico e das potencialidades políticas da classe trabalhadora. Em segundo lugar, e mais especificamente dentro das teorias do trabalho imaterial, a libertação do tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias é apresentada como último momento das relações capitalistas. A impossibilidade de mensurar os conteúdos dos trabalhos imateriais implicaria, mecanicamente, o fim anunciado do modo de produção capitalista (AMORIN, 2011, p. 378-9).

Nas últimas quatro décadas o sistema capitalista criou novas formas para intensificar a lógica de exploração do trabalho, sendo que as já existentes técnicas de produção, taylor-fordista, passaram por incrementações no sentido estimular os trabalhadores, para que os mesmos construam uma ideia de que são “os parceiros” das empresas, nas quais trabalham e por este motivo devem “integrar o espírito da empresa capitalista”.

O capital, dessa forma, aprendeu a controlar as formas de trabalho cognitivo. Aprofundou sua dominação política e econômica na produção quando passou a, dentro de limites preestabelecidos por ele mesmo, utilizar mais adequadamente as capacidades

intelectuais do trabalhador. Nestes termos, a perspectiva de libertação do tempo como tempo livre, ou seja, aquele que poderia ser controlado pelo coletivo de trabalhadores organizados, só pode se realizar em uma sociedade de transição socialista, na qual as antigas relações de produção capitalistas vão aos poucos sendo substituídas por relações de produção comunistas (AMORIN, 2011, p. 379).

Em relação à constituição do tempo livre o autor nos chama a atenção para o fato de que isto somente seria possível mediante a dedicação de toda sociedade em função do exercício do tempo livre, fortalecido pela dominação política. A concretização do tempo livre, sem estar amparado pela dominação política, bem como sem o empenho efetivo da sociedade, passa a ser negativo para a classe trabalhadora, pois o tempo liberado se concretizará na forma do desemprego.

De tudo, o que fica martelando é a certeza de que a definição de classes é necessária para que os indivíduos se reconheçam fazendo parte das mesmas, sendo que mediante tal reconhecimento, o mesmo deveria vir acompanhado de uma compreensão que deveriam alimentar os interesses e as lutas de classe em função de seus direitos e aspirações. Sendo que esta realidade deveria bater a porta da classe trabalhadora, pois a classe dominante caminha em função de seus interesses, mesmo estes estando concentrados no nível particular.

Compreendendo movimentos sociais

De uma maneira significativamente simplificada, o conceito de movimento social está pautado na ação coletiva de um grupo organizado tendo como objetivo conquistar mudanças sociais, mediante o enfrentamento político, de acordo com valores e ideologias que fazem parte da construção de determinada sociedade envolvida em contexto social específico.

De acordo com a autora Ana Maria Doimo, o termo movimento social, foi criando em torno de 1840 com a finalidade de caracterizar o aparecimento do movimento operário europeu e mais adiante tratada pelo marxismo no sentido de demonstrar a organização racional da

classe trabalhadora, tendo como meio de atuação os sindicatos e partidos atuando na modificação das relações capitalistas de produção.

Até o início dos anos 60, os movimentos sociais mantinham um significado em torno da possibilidade revolucionária do proletariado, partindo do princípio quanto à compreensão da referida classe em função das relações capitalistas, que resultavam na exploração do trabalho pelo capital. Já no final dos anos 60 ocorreram profundas mudanças na estrutura produtiva, surgem os movimentos espontâneos na Europa, a banalização dos regimes socialistas do Leste e o progressivo desgaste das estratégias teóricas marxistas resultaram no início ajuste de um novo tempo, ou seja, do tempo dos “novos movimentos sociais”.

No final dos anos 70, ao decretar, junto com a do “velho” movimento social (o movimento operário), a morte do socialismo, o sociólogo Alain Touraine, em nome da sociedade pós-industrial, acolheu os movimentos de gênero, pacifistas, ecológicos e nacionalistas como representativos desses “novos” movimentos sociais. O autor ataca a primazia das relações econômicas e afirma que, com a proximidade da sociedade pós-industrial, não só o movimento operário deixa de ser o personagem central da história social, como o campo cultural torna-se o *locus* onde se formam as principais contestações e lutas. São exemplos o movimento de mulheres, que por recriar relações onde a dominação tinha instaurado a ordem, as lutas regionais contra um Estado central e o movimento antinuclear em defesa de equilíbrios ecológicos (Touraine, 1981). Assim, se antes os movimentos concentravam sua tensão na esfera econômica e confiavam na racionalidade do Estado, agora – observa o autor – eles surgem em franca desconfiança da racionalidade instrumental e desenvolvem uma postura de hostilidade em relação ao Estado. Tal mudança apresenta, para Touraine, um duplo sentido: por um lado, uma positiva tendência (a bem da democracia) de subordinação das forças políticas à orientação fundamental dos movimentos sociais, facilitada pela falência do “grande partido” oligárquico-

centralizador, pelo isolamento estéril da ideologia socialista e pela descrença na eficácia das instituições representativa. Por outro lado, porém, argumenta que tais fatores podem dificultar a formação de um *verdadeiro* movimento social capaz de oferecer uma “promessa de futuro” na “luta face a face com a classe dirigente” (DOIMO, 1995, p. 40-1).

A autora Andréia Galvão buscando construir uma análise marxista em relação aos movimentos sociais, assim, considera que uma teoria marxista dos movimentos sociais é uma tarefa a ser realizada e afirma que o marxismo “dispõe de uma gama considerável de elementos para realizar essa tarefa”.

De acordo com a autora se faz necessária uma compreensão no sentido do posicionamento ocupado pela classe, par que assim possam ser evitadas constatações que associam de maneira automática a base social e a posição política, gerando conceitos como por exemplo, “o operariado é inerentemente revolucionário; o campesinato e as classes dominantes, conservadoras”, sem no entanto, compreender que a circunstância concreta da classe não a conduz espontaneamente à uma ação coletiva, bem como, além de estabelecer ações de mobilização progressistas e revolucionárias, a classe dominada também pode mobilizar-se em função de posições conservadora e reacionárias. Assim para evitar que este fato ocorra se faz necessária uma análise das circunstancias materiais e momentos políticos, do embate da ideologia dominante e da relação com as demais classes.

Os conflitos sociais podem ser considerados como os protestos de contradições estruturais e se manifestam de diversas maneiras, com inúmeras intensidades de forças e expressam teores diferenciados, sendo que tais fatores são dependentes do caráter político-ideológico dos órgãos que constituem a função de mediar a conduta dos dominados. Assim:

Essas considerações iniciais nos permitem apresentar uma *primeira proposição* para a definição marxista dos movimentos sociais: é possível relacionar a eclosão desses movimentos à posição de classe de seus participantes. A relação entre classes e movimentos sociais poder ser apontada pelo analista, ainda que esse elemento não apreça claramente no discurso dos

movimentos (que podem não se ver como um movimento de classe, nem considerar suas demandas como demandas de classe – e sim culturais, identitárias, como afirmam as teorias dos novos movimentos sociais e do reconhecimento).

A segunda proposição, relacionada à primeira, é que os movimentos não são necessariamente uniclassistas, mas pluriclassistas (ou policlassistas), já que estamos considerando classe em sentido amplo, incluindo classes médias e camponeses no âmbito das lutas dos trabalhadores. Como as classes não são homogêneas, os movimentos também não o são, nem do ponto de vista de sua composição, nem de suas demandas. (GALVÃO, 2011, p. 113).

A autora apresenta ainda uma terceira proposição:

A contribuição de Bérout et al. (1998) nos permite apresentar a *terceira proposição para uma análise marxista dos movimentos sociais*: embora nem todo conflito se reduza ao conflito de classe, “todo movimento social, em sua especificidade mesma, não poder ser compreendido sem que seja considerada a centralidade da oposição capital/trabalho no seio das sociedades contemporâneas” (Bérout et al., 1998, p. 58), centralidade essa que ultrapassa as fronteiras da empresa (Vakaloulis, 2003). Trata-se, pois de pensar a possibilidade estrutural da ação coletiva, “as articulações e as sobreposições entre os conflitos do trabalho e os mais transversais” (Mouriaux; Bérout, 2005, p. 166) (GALVÃO, 2011, p. 113).

Desta forma, os conflitos trabalhistas e os de origem social, apesar de serem considerados distintos, encontram-se interligados. Assim, pode-se compreender que os movimentos sociais não são simplesmente maneiras de reação em função de diversas maneiras de dominação e opressão, no entanto, faz-se imprescindível uma compreensão em torno das reações que são construídas mediante a exploração capitalista, sendo que tal relação, estabelecida em uma sociedade capitalista, impõe contornos específicos para as lutas levantadas.

De acordo com a autora outro fator que intensifica a exploração e a dominação de classes, no contexto brasileiro, está pautada na desigualdade racial, de acordo com inúmeras pesquisas realizadas, sendo que este fato permite o pagamento de salários inferiores aos convencionais, desempenhando funções desvalorizadas na sociedade. Assim: “à desigualdade primária fundada na subordinação estrutural do trabalho ao capital somam-se desigualdades complementares, como a baseada em critérios raciais, que reforçam os mecanismos de exploração/dominação” (MATTOS, 2009, p. 2010 *apud* GALVÃO, 2011, p. 120).

O protagonismo das mulheres negras

Os movimentos sociais são fundamentais e expressam as demandas e lutas de classe, gênero e raça, sendo que em relação a este fato tomamos como base a autora Renata Gonçalves que trata em um de seus trabalhos sobre o movimento de mulheres negras, em virtude da não representatividade destas no movimento negro, protagonizado pelo negro masculino. Desta forma surgiu um “novo” movimento social protagonizado por mulheres negras, pautando-se em reivindicações próprias sob a luz de uma consciência política, que possibilitou o desmascarar três contradições centrais e estruturantes na sociedade, ou seja, “patriarcado-capitalismo-racismo”.

O final dos anos 1970 no Brasil foi de retomada de intensas lutas populares com massivas mobilizações políticas, em especial no tocante ao fim da ditadura militar, ao direito de voto, à construção da nova Carta Magna etc. Dentro os movimentos sociais que emergiram, se destacam o movimento negro e o movimento feminista. Ambos colocando ao movimento social “clássico”, com forte presença operária, a necessidade de considerarem suas pautas “específicas”: o movimento negro denunciando o mito da democracia racial e sua fictícia “cordialidade”, que empurra para os porões do exército industrial de reserva a massa de trabalhadores negros; o movimento feminista denunciando a estrutura patriarcal da sociedade, que impõe às mulheres uma condição de subalternas (GONÇALVES, 2019, p. 2)

Com base nas mobilizações já existentes, as mulheres negras poderiam se sentir representadas e assim passarem a fazer parte de um dos movimentos citados, ou ainda de ambos, como de fato era o mais comum de ocorrer. No entanto, a organização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido em 1988, na cidade de Valença-RJ, momento em que se celebrava o centenário da abolição, fez com que a situação das mulheres negras ganhasse significativa visibilidade, provocando inquietações por parte do movimento negro e movimento feminista, que aparentemente representava as mulheres negras. Estas foram culpabilizadas por causarem a fragmentação no seio das organizações políticas, que se consideram como sujeito da transformação social, assim como o movimento operário.

Apesar do diálogo com as feministas, as mulheres negras sentira necessidade de uma autonomia com relação a este movimento, na medida em que o discurso feminista sobre a opressão de gênero estruturada pela “ideologia patriarcal não dá conta da diferença qualitativa que este tipo de opressão teve e tem ainda na construção da identidade feminina da mulher negra” (CARNEIRO; SANTOS, 1985, p. 42). As fronteiras com o movimento feminista apareceram, por exemplo, quando as mulheres negras discutiam a necessidade da luta por creches comunitárias e eram contestadas por feministas brancas. Ora, escreve Rosalia Lemos, “éramos as babás e as empregadas domésticas de suas casas e as nossas crianças ficavam “soltas” nas favelas quando trabalhávamos” (LEMOS, 2016, p. 19). A luta por creches comunitárias se torna paulatinamente um abandeira feminista, tamanha a importância para as mulheres moradoras das áreas pobres, majoritariamente negras (GONÇAVES, 2019, p. 5).

As autoras Mirla Cisne e Silvana Mara Moraes dos Santos também fazem, em seu trabalho conjunto, referência ao mito da democracia racial, reforçando que a compreensão de tal realidade é primordial para o conhecimento real da nação:

O mito da “democracia racial”, ou seja, de que não existe racismo no país, não apenas oculta a

desigualdade racial existe no Brasil, como também as lutas históricas de negros(as) e indígenas. Apreender a condição étnico-racial na história do país é fundamental para o seu próprio entendimento como nação fundada em um regime de autoritarismo e exploração, ainda mais quando ideologicamente é percebida como uma sociedade “pacífica” e “abençoada”. Dessa forma, o “mito da democracia racial” esconde as múltiplas violências racistas e sexistas que as populações negra, cabocla e indígena sofrem (CISNE; SANTOS, 2018, p. 110).

As falas das autoras reforçam a necessidade quanto à existência do movimento negro, bem como o surgimento do movimento de mulheres negras em virtude da desigualdade racial existente no Brasil. Sendo essencial a compreensão de que o Brasil por mais de quatro séculos explorou o trabalho escravizado e

colocou à margem o seu principal agente construtor, o negro, que passou a viver na miséria, sem trabalho, sem possibilidades de sobrevivência em condições dignas. Com o incentivo do governo brasileiro à imigração estrangeira e à tentativa de extirpar o negro da sociedade brasileira, houve maciça tentativa de embranquecer o Brasil. Provavelmente o mais cruel de todos os males foi retirar da população negra sua dignidade enquanto raça remetendo a questão da negritude aos porões da sociedade. O próprio negro, em alguns casos, não se reconhece, e uma das principais lutas do movimento negro e de estudiosos comprometidos com a defesa da dignidade humana é contribuir para o resgate da cidadania do negro. A pobreza e a marginalidade a que é submetida a mulher negra reforça o preconceito e a interiorização da condição de inferioridade, que em muitos casos inibe a reação e luta contra a discriminação sofrida (SILVA, 2003, s.p. *apud* CISNE; SANTOS, 2019, p. 111).

A realidade histórica e a atual realidade posta indicam a necessidade significativa quanto aos movimentos sociais voltadas à questão racial, assim como de mais movimentos sociais para atender

inúmeras demandas existentes no contexto contemporâneo, pois por meio destes temos a possibilidade de ir em busca de igualdade e justiça social.

Conclusão

O artigo buscou indicar de maneira simplificada o conceito em torno de classes sociais, indicando principalmente o marcante distanciamento entre elas, que indica que indivíduos e grupos ocupam posições diferentes na sociedade, estabelecendo desta a desigualdade social e a dominação de uma classe em relação à outra.

Desta forma fazer referência as classes sociais é tratar das diferenças quanto ao acesso ao poder econômico, a saúde, a educação, ao lazer, a cultura, a participação política, além de outros, mas também é falar de luta mediante o reconhecimento enquanto classe.

E neste sentido se faz necessário referenciar os movimentos sociais, que podem ser compreendido, de maneira simplificada, como sendo uma ação de um coletivo, reconhecido enquanto grupo, organizado e que age em função do objetivo de conquistar mudanças sociais, pautadas no enfrentamento político, tendo como base valores e ideologias.

Não devem ser esquecidos movimentos que tiveram e ainda tem em seu bojo, não a justiça, mas a perpetuação da injustiça social, como por exemplo, a Ku Klux Klan, que representou e representa nos Estados Unidos três movimentos distintos que defendem correntes reacionárias e extremistas, baseadas na supremacia branca, no nacionalismo branco e na anti-imigração.

Mas neste trabalho se faz referência a importância e ao valor dos movimentos sociais pautados na busca pelo direito e igualdade social, como por exemplo, o Movimento Negro e principalmente o protagonismo das mulheres negras ao fundarem o Movimento de Mulheres Negras, sendo que ambos além de lutar por inúmeras demandas comuns a outros movimentos sociais, também lutaram e lutam primordialmente pela igualdade racial.

Referências

- AMORIM, Henrique. Centralidade e imaterialidade do trabalho: classes sociais e luta política. *Trabalho, Educação, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 367-385, 2011.
- BOITO, Armando. A (difícil) formação da classe operária. In: *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003. p. 239-247.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.
- DOIMO, Ana Maria. Movimento Social: a crise de um conceito. *A vez e a voz popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, Rio de Janeiro: AMPOCS/Relumé Dumará, 1995. p. 37-50.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 32, p. 107-126, 2011.
- GONÇALVES, Renata. Mulheres negras em movimento e a articulação de classe, gênero e raça. In: GOMES, Lise (Org). *Movimentos sociais e lutas sociais: teorias e práticas*. São Luís: EDUFMA, 2019 [no prelo].
- POULANTZAS, Nicos. *Teoria das classes sociais*. Porto: Publicações escorpião, 1976.